

## **Seminário Regional**

### **Relatório de Diagnóstico Regional**

**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro de Estado da Educação**

Fernando Haddad

**Secretário-Executivo**

José Henrique Paim Fernandes

**Secretário de Educação Básica**

Francisco das Chagas Fernandes

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**

Reynaldo Fernandes

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Básica  
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

# Relatório de Diagnósticos Regional

Região Nordeste

Volume 1

**SUMÁRIO EXECUTIVO**  
(versão preliminar)

Brasília 2006

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO  
TEIXEIRA

Diretor do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino  
Horácio Francisco dos Reis Filho

Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais  
Orosinda Maria Taranto Goulart

Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino  
Arlindo Cavalcanti de Queiroz

Coordenação-Geral de Sistema Integrado de Informações Educacionais  
Carlos Eduardo Moreno Sampaio

Coordenação Técnica de Programa de Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de  
Educação e dos Planos Municipais Decenais Correspondentes  
Clodoaldo José de Almeida Souza

Elaboração Técnica do Documento  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR

Equipe de Apoio/CEDEPLAR

Capa, Projeto Gráfico e Ilustração  
Maurício Rodrigues de Araújo

Apoio Técnico da CAFISE  
Anne Carla dos Santos

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco L - 5º andar 514 - Brasília-DF  
CEP:70.0479000

Telefone: (61) 2104-9284/2104-8562 – Fax: (61) 2104-8337

Página do MEC: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) - Endereço eletrônico: [pme@mec.gov.br](mailto:pme@mec.gov.br)

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

- 1 SUMÁRIO EXECUTIVO
  - 1.1 BRASIL
  - 1.2 REGIÃO NORDESTE
    - 1.2.1 ESTADO DO MARANHÃO
    - 1.2.2 ESTADO DO PIAUÍ
    - 1.2.3 ESTADO DO CEARÁ
    - 1.2.4 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
    - 1.2.5 ESTADO DA PARAÍBA
    - 1.2.6 ESTADO DE PERNAMBUCO
    - 1.2.7 ESTADO DE ALAGOAS
    - 1.2.8 ESTADO DE SERGIPE
    - 1.2.9 ESTADO DA BAHIA

## **APRESENTAÇÃO**

A Lei nº 10.172, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, no art. 2º determina “que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar seus Planos Decenais correspondentes”. O art 3º define também, a necessidade de um processo de “avaliação periódica da implementação do PNE”.

O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para o Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Estaduais e Municipais Correspondentes, lançado pelo **MEC/SEB** em dezembro de 2005, vem ao encontro das competências regimentais do Ministério da Educação explicitada no art.11, inciso III do Decreto nº 5.159, de 28/07/2004 que propõe: “estimular e apoiar os sistemas de ensino quanto à formulação e à avaliação coletiva de planos nacionais, estaduais e municipais de educação”.

O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino tem como objetivo prestar assistência técnica aos sistemas de ensino no processo de elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação dos seus planos e incentivar os poderes públicos e a sociedade civil, a buscarem formas de articulação institucionais com esta mesma finalidade.

Nessa perspectiva o MEC/SEB em conjunto com o INEP realizou ainda, em 2005, em parceria com o Conselho Nacional de Educação - CNE, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – Uncme, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o Fundo das Nações Unidas para a Infância-Unicef, o Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, o Colóquio Nacional “*Mecanismo de Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Decenais Correspondentes*”, com o objetivo de:

- Apresentar aos dirigentes educacionais mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNE, desenvolvidos no âmbito da União e seus principais resultados.
- Buscar formas de articulação institucional, voltadas para o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional e dos Planos Estaduais e Municipais correspondentes.
- Lançar documentos produzidos pela SEB para apoiar os municípios na elaboração do PME.

Como parte da iniciativa de apoio aos Sistemas de Ensino, foram desenvolvidos estudos do PNE para referenciar todo o processo avaliativo, conforme define a legislação em vigor. Esses estudos estão contidos em:

- Cinco relatórios regionais correspondentes a cada região geográfica brasileira, com dados demográficos de população e dados estatísticos do censo escolar elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, referente a cada Estado e Região;
- Elaboração de planilhas personalizadas por município, com dados estatísticos, indicadores demográficos e educacionais gravados em CD-rom, que serão enviados aos municípios, com o objetivo de subsidiar o trabalho de elaboração, revisão e ajustes dos Planos Municipais de Educação.

Os relatórios estão estruturados em 3 (três) volumes seqüenciais, cuja abordagem analisa no primeiro volume um quadro de situação das metas do **PNE** no contexto global para o Brasil, para a Região do Nordeste, e com rebatimento para cada estado da região, fazendo uma comparação entre o proposto e o alcançado na educação infantil, ensino fundamental, médio e superior e também na educação de jovens e adultos. O segundo volume do documento trata:

- a) Um estudo sobre a projeção demográfica para todas regiões brasileiras;
- b) Da projeção de matrícula, taxa de atendimento e taxas de transição;
- c) Dos indicativos do censo escolar e das taxas de rendimento. O trabalho está calcado em: tabelas e gráficos com comentários sobre o atendimento da

educação infantil, ensino fundamental, médio e superior como também na educação de jovens e adultos para todos os estados da região nordeste.

No terceiro volume, o estudo concentra esforços na elaboração de tipologias regionais para os estabelecimentos escolares brasileiros, com base em indicadores de infraestrutura, tamanho e características funcionais das escolas. São construídos 3 (três) tipos de perfis com análise contextual para cada grupo.

No final, o trabalho apresenta um resumo para alguns indicadores selecionados sobre os padrões encontrados nos perfis de baixa e elevada infra-estrutura delineada além de dados sobre os níveis encontrados em cada região e finalmente, uma proposta ou sugestão de padrões mínimos de infra-estrutura escolar, que se caracterizam como metas a serem atingidas.

Para os sistemas de ensino, os relatórios regionais com dados demográficos e dados estatísticos do censo escolar e as planilhas personalizadas por município com dados gravados em CD-rom, constituem elementos incentivadores para que os dirigentes, gestores e técnicos dos sistemas de ensino possam elaborar, revisar e ajustar os planos estaduais e municipais de educação. Pois, o objetivo é que a disseminação dessa gama de informações, consolidadas nos instrumentos de apoio para os sistemas de ensino, e possam referenciar os debates avaliativos a serem realizados em 5 (cinco) seminários regionais e proporcione o surgimento de propostas de revisão do PNE e dos planos decenais correspondentes.

**Secretaria de Educação Básica - SEB**

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional**

**Anísio Teixeira – INEP**



# 1 SUMÁRIO EXECUTIVO

Nessa seção será feito um resumo dos principais resultados encontrados no documento a seguir. O objetivo deste é servir de referencial para a elaboração, revisão e atualização do plano estadual de educação, no qual serão enfocadas as metas cujos dados disponíveis possibilitam a sua avaliação. Dessa forma, a análise será feita para o país como um todo, região e finalmente para cada estado, focalizando algumas metas de cada nível de ensino. Todos os dados e tabelas se encontram no arquivo completo que estará anexado.

## 1.1 BRASIL

### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de freqüentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 11,7%. Em termos regionais, o Norte é o que possuía menor atendimento, seguido do Centro-Oeste, já a região Sul apresentou maior taxa.

Ressalta-se que no período de 1998 a 2003, a taxa de atendimento de 0 a 3 anos apresentou pequeno aumento. Apesar desse crescimento, o ritmo de inserção das crianças mais novas na escola deve ser mais intenso para se alcançar a meta. A projeção dessa taxa para o Brasil mostra que, mantido o crescimento histórico, a meta nos dois períodos não será alcançada, chegando em 2005 com 13,6% de atendimento e em 2010 com 17,5%. Cabe ressaltar que essa projeção não leva em conta possíveis avanços advindos do fato da criação do FUNDEB.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade a situação é mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário já era de 68,4%, acima portanto da meta de 60% em 2005 estabelecida pelo PNE. Todas as regiões já possuíam em 2003 taxa acima da meta. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010. A projeção dessa taxa mostra que o Brasil deverá chegar no final da década com 87,4% de atendimento para essa faixa etária, caso o ritmo de crescimento histórico seja mantido.

A análise do atendimento da população alvo da educação infantil, mostra a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), afim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 28.055. Na pré-escola são 94.741 estabelecimentos. Ressalta-se que nos dois casos, a maioria dos

estabelecimentos é municipal, porém no caso das creches a participação do setor privado é quase a metade, ou seja, de 48,6%. Tal fato é consequência da ineficiência do setor público em ofertar essa modalidade de ensino, abrindo brecha, portanto, para o setor privado.

Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que o primeiro é maior, ficando claro, portanto, que o número de creches não faz frente ao número de crianças de 0 a 3 anos existentes no país.

Como a educação infantil é de responsabilidade dos municípios, faz-se necessário um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais para a ampliação do número de creches.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Observa-se para esses grupos etários uma taxa de crescimento negativa até a última década. Dessa forma, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas no Brasil, provocaram e continua provocando uma diminuição em números absolutos das crianças, se constituindo, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Para as escolas já existentes alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram o baixo percentual de pré-escolas com sanitário (34,6%) e com relação à energia elétrica, ainda existem 11,2% de estabelecimento de pré-escola que não a possuem.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que no Brasil o percentual de docente com nível superior lecionando em pré-escola apresentou significativo aumento durante o período de 1998 a 2003, chegando no último ano com 31,3%. Ao passo que na creche, o crescimento da porcentagem de professores com curso superior foi bastante pequeno, alcançando em 2003 um valor ainda baixo de 17,7%.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de capacitação dos professores que atuam nesse nível de ensino, principalmente nas creches, já que o percentual de professores que possui nível superior ainda é bem aquém da meta de 70% estabelecida pelo PNE.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que para a pré-escola o Brasil está longe de alcançar essa meta, pois o tempo médio de permanência das crianças é de 4,4 horas. Já a creche, o tempo de permanência é bem maior – 7,8 horas.

Dentre as regiões brasileiras, Nordeste é a que possui o menor tempo de permanência nas creches – 5,7 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento progressivo da escola integral na pré-escola, aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores e melhor infraestrutura se constitui no maior desafio da educação infantil para o Brasil.

### **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. Com base nos dados do Censo Escolar de 1998 a 2003, pode-se dizer que as taxas de repetência por série no Brasil, ainda são elevadas. A sua evolução histórica mostra uma significativa queda da 1ª série e pequeno aumento nas restantes. Apesar da queda na 1ª série, o patamar ainda é alto, pois 28,9% dos alunos que cursaram essa série em 2003 não conseguiram progredir. Com relação à taxa de evasão, o Brasil possui taxas mais elevadas nas séries finais. Para se ter uma idéia, em 2003, 12,5% dos alunos que cursaram a 8ª série evadiram. O mais preocupante, entretanto, é a tendência de alta verificada no período de 1998 a 2003, principalmente nas séries mais elevadas.

Quando se projetam as taxas de acordo com a evolução histórica, percebe-se que o Brasil não conseguiria atingir a meta tanto para a repetência quanto para a evasão. A única exceção é a taxa de repetência da 1ª série que deverá reduzir os 50% em cinco anos

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir a repetência e evasão. No cerne dessas políticas encontra-se a melhoria da qualidade das escolas, políticas de ciclos, classes de aceleração de aprendizado e revisão dos critérios de avaliação dentro de sala de aula, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente, já que é a que possui maior probabilidade de sair da escola.

A melhora da repetência e evasão também está relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Assim, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino.

De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino no Brasil ainda está aquém do desejável. Em 2003, apenas 57,4% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 30,9% escolas com laboratório de informática, 19,9% com laboratório de ciências, 54,7% com quadras de esportes e 33,1% com Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar do Brasil ter apresentado um aumento de professores com curso superior, seu percentual em 2003 ainda era baixo (56,8%). Destaca-se o diferencial existente entre as séries iniciais e finais. Nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 36,1% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 77,1%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1 - os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 97,2%. Dessa forma, pode se dizer que essa meta já está praticamente garantida, porém, é necessária uma avaliação estadual e municipal para detectar possíveis desigualdades.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 93,8% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando a educação infantil. Em 2003 das pessoas de 7 anos que freqüentavam a escola, 14,88% estavam na educação infantil. Como o educação infantil não possui reprovação, pode supor que esse percentual é devido à entrada tardia no sistema de ensino, o que sugere a necessidade de incentivos para a entrada na idade correta ao sistema de ensino.

Outro fato que merece destaque é com relação ao desempenho dos alunos em sistemas de avaliação como o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico) que reflete o lado qualitativo do ensino. De acordo com os dados do SAEB, pode-se dizer que o Brasil continua praticamente estável, pois no período de 1999 a 2003 as notas praticamente não alteraram, ocorrendo inclusive queda entre 1999 e 2001, porém pequeno aumento entre 2001 e 2003. É importante destacar o melhor desempenho dos alunos de escolas particulares, o que coloca a necessidade da melhora do ensino nas escolas públicas. Essa trajetória foi verificada tanto para matemática quanto para português.

### **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica da taxa de repetência no Brasil durante o período de 1998 a 2003 mostra uma quase estagnação, com pequeno aumento no final do período para as três séries. Com relação à evasão, também ocorreu pouca alteração durante o período, com pequeno aumento nas duas primeiras séries. Ressalta-se que tanto a repetência quanto a evasão apresentam maiores valores nas primeiras séries.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas mostram que o Brasil não conseguirá atingir a meta de redução dessas taxas, com exceção para a repetência e evasão da 3ª série. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaborar políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total de 15 a 17 anos. Observa-se que em 2003, 43,1% dos jovens de

15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Como a taxa de atendimento desse grupo etário era de 82,4% nesse mesmo ano, pode-se perceber que grande parte desses jovens estava retida no fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos.

A projeção da taxa de escolarização líquida mostra que mantida a tendência histórica, o Brasil conseguiria atingir a meta em 2005, porém não atingirá em 2010, chegando a apenas 65,7%. Apesar da meta ser alcançada em 2005, ressalta-se que muitos estados não conseguirão, conforme poderá ser visto no restante do relatório.

Para que o Brasil possa ofertar o ensino médio para 100% da demanda até 2010, é necessária a elaboração de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que os jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliada a políticas que retenha esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental. Porém, ainda há espaço para melhorar a infra-estrutura das escolas brasileiras de nível médio, pois, o percentual de alunos atendidos em escolas com bibliotecas era de 85,2%; em escolas com laboratório de informática, 61,3%; com laboratório de ciências, 50,6%; com quadras de esporte, 81,8% e com Internet, 57,4%.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, verificou-se aumento chegando em 2003 com 90,2% dos docentes com curso superior. Apesar desse alto percentual é necessário identificar os estados e municípios onde a qualificação dos professores é mais precária para realizar políticas mais focalizadas.

Analisando os dados do SAEB relativos a 8ª série do ensino médio, percebe-se a nora média do Brasil caiu de 2001 a 2003 para matemática e português. Essa queda se deve basicamente à piora no desempenho dos alunos das escolas públicas, já que a nota dos alunos das escolas particulares apresentou aumento.

## **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois em 2003 apenas 10,6% dos jovens de 18 a 24 anos cursam a educação superior. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 34,0%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 25,32% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino fundamental e médio, já que o aluno fica retido desde o início do aprendizado. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino fundamental e médio associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida será bem aquém do estabelecido pela meta, ou seja, será de 16,4%.

### **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003, constata-se que a taxa de analfabetismo do Brasil permaneceu praticamente estável durante o período, ficando em 2003 no nível de 11,6%. Quando calcula a taxa de analfabetismo por faixa etária, percebe-se que nas idades mais velhas ela é bem maior. Enquanto que no grupo etário de 15 a 19 anos, apenas 2,6% era analfabeta em 2003, para a população de 40 anos ou mais esse percentual era de 19,9%. Tal fato demonstra a necessidade de maior intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que o Brasil necessita de um grau de esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de 30 milhões de pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.

## 1.2 REGIÃO NORDESTE

Nessa seção serão comentados os principais resultados da região Nordeste como um todo. Analisando primeiramente a educação infantil, percebe-se que, de modo geral, as taxas de atendimento da população de 0 a 3 anos são bastante baixas, o que requer um maior esforço de inserção dessas crianças para que a Meta 1 estabelecida pelo PNE seja alcançada.

Já o atendimento da população de 4 a 6 anos se encontra em um nível bem mais alto, com taxa de atendimento em 2003, calculada pela PNAD, maior que o estabelecido pelo meta para 2005. Se o ritmo de crescimento histórico dessa taxa for mantido, o Nordeste alcançará a Meta 1 em todos os estados.

Com relação à qualidade da infra-estrutura das escolas e dos docentes, no geral, pode-se dizer que os estados do Nordeste devem investir tanto na melhora das suas escolas quanto na capacitação dos professores que atuam nesse nível de ensino, pois seus indicadores são menores que a média nacional.

Outro ponto que merece destaque é com relação ao atendimento integral. Percebe-se que, na creche, o tempo médio de permanência para a região é bem menor que para o Brasil, com grande variação entre os estados. Paraíba é o que apresenta maior média de horas-aula (8,3) e Piauí a menor média de horas-aula (4,2). No caso da pré-escola, o tempo médio também é baixo, mas bastante próximo do Brasil.

Para o ensino fundamental, o principal problema é com relação às taxas de repetência e evasão. Pois a redução de 50% dessas taxas estabelecida pela Meta 3, dificilmente será alcançada.

Para se atingir essa meta, além de políticas de retenção dos alunos e estímulos a não repetência, a melhora da qualidade da infra-estrutura e do corpo docente também é um fator de extrema importância. Nesse ponto, os estabelecimentos e professores da região Nordeste possuem piores indicadores que a média brasileira, evidenciam a necessidade de investimentos na melhoria das escolas e professores.

A maior retenção e evasão dos alunos no ensino fundamental provoca uma maior distorção entre a série cursada e a idade adequada de cursá-la. Dessa forma, muitos jovens que deveriam estar cursando o ensino médio ainda estão no fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos. Tal fato traz dificuldades para o cumprimento da Meta 1 referente ao atendimento do ensino médio. As projeções indicam que se o crescimento histórico for mantido nenhum estado conseguirá alcançar essa meta durante os prazos estabelecidos.

Da mesma forma, a meta referente à diminuição da repetência e evasão (Meta 4) dificilmente será alcançada se não houver políticas voltadas para o aumento da progressão dos alunos. Essas políticas compreendem principalmente a capacitação dos professores,

implantação de ciclos, mecanismos de avaliação permanente do aluno e incentivos financeiros para a permanência do aluno na escola.

Da mesma forma que no ensino médio, o cumprimento da meta referente à oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos (Meta 1), ficará comprometida devido a retenção dos alunos nos níveis de ensino anteriores. Somado a isso, é grande a porcentagem de alunos que evadem do sistema de ensino após ter concluído o nível médio.

Com relação ao desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), as notas alcançadas na região Nordeste para língua portuguesa e matemática nas 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries são menores que para o Brasil. Ressalta-se que o desempenho dos alunos das escolas públicas é pior que o dos alunos das escolas particulares, seguindo a tendência nacional.



## 1.2.1 ESTADO DO MARANHÃO

### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de freqüentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 8,8%. Apesar do aumento verificado durante o período de 1998 a 2003, se esse ritmo de crescimento for mantido até 2005 e 2010, esse estado não chegará a atender essa meta em nenhum desses períodos, conforme foi verificado nas projeções da taxa de atendimento para esse grupo etário.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade a situação é mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário era de 72,2%, acima portanto da meta de 60% em 2005 estabelecida pelo PNE. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010.

A análise do atendimento da população alvo da educação infantil, mostra a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), afim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 489 escolas que ofertavam creche. Sendo que mais da metade era particular (53,2%) e o restante municipal (46,8%). Esse quadro é bem diferente do da pré-escola, onde há um número maior de estabelecimento (6.026) e a maioria é de responsabilidade dos municípios (85,5%). Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que o primeiro é bem maior, ficando claro, portanto, que o número de creches não faz frente ao número de crianças de 0 a 3 anos existentes no estado.

Como a educação infantil é de responsabilidade dos municípios, faz-se necessário um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais para a ampliação do número de creches.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções observa-se um crescimento negativo tanto do grupo etário de 0 a 3 anos quanto do de 4 a 6 anos. Em outras palavras, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão uma diminuição em números absolutos das crianças, se constituindo, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Para as escolas já existentes alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram que a existência de sanitário se constitui em um dos principais problemas, posto que o percentual de escolas que os possuem é bastante baixo nas duas modalidades.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e outra meta é a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que para alcançar a primeira meta, o Maranhão está próximo, já que havia 86,9% dos docentes que atuam em creche e 88% dos que atuam em pré-escola com nível médio completo. Porém, a segunda meta está longe de ser alcançada, pois apenas 3,2% dos docentes que atuavam em creches e 4,7% dos que atuavam em pré-escola possuíam nível superior. Fica evidenciado, portanto, que a expansão da educação infantil no estado do Maranhão deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessárias para expansão de creches, seja apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que o Maranhão está longe de alcançar essa meta, pois o tempo médio de permanência das crianças nas creches é de 5,0 horas enquanto que na pré-escola é de apenas 3,8 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento progressivo da escola integral juntamente com o aumento da oferta de creches e melhor capacitação dos professores se constitui no maior desafio da educação infantil para o estado do Maranhão.

### **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. A evolução histórica dessas taxas mostra uma tendência de estabilidade nos últimos anos, com exceção da repetência na 1ª série que apresentou queda durante o período. Apesar dessa queda, a repetência dessa série ainda está em um nível mais alto que as demais. Os dados revelam ainda que a repetência diminui com as séries e que a evasão aumenta. Dessa forma, a diminuição da repetência tem que ser focada principalmente nas séries iniciais, com políticas de ciclos, classes de aceleração de aprendizado e revisão dos critérios de avaliação dentro de sala de aula. Já a diminuição da evasão, tem que ser focalizada nas séries finais, com maior atenção para as crianças que estão mais sujeitas a sair da escola, que é a população mais carente.

Se essa tendência histórica das taxas de repetência e evasão for mantida, o estado do Maranhão não conseguirá atingir essa meta, conforme demonstra as projeções contidas no documento a seguir. Com base nessas projeções também ficou evidenciado que a evasão, principalmente nas séries finais, merece especial atenção por parte dos formuladores de políticas.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1 - os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 95,2%. Esse percentual é pouco abaixo da média nacional. Dessa forma, ainda resta uma parte de crianças de 7 a 14 anos fora da escola. A inclusão dessas crianças no sistema de ensino ainda é, portanto, um desafio para o estado do Maranhão. O primeiro passo é identificar os municípios cujo atendimento ainda é baixo para, dessa forma, realizar políticas mais focalizadas.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, apenas 86,1% estudava no ensino fundamental. Esse percentual mais baixo que a taxa de atendimento revela que há um número de crianças nessa faixa etária que ainda estão cursando a educação infantil, ou seja, que estão entrando tardiamente na escola. Segundo dados da PNAD, das crianças de 7 anos que freqüentavam escola, 35,75% ainda estava no educação infantil, sendo o maior índice encontrado para os estados da região Nordeste. Tal fato sugere a necessidade de incentivos para a entrada na idade correta ao sistema de ensino.

A melhora da repetência e evasão também está relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Dessa forma, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino. De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino no Maranhão é uma das mais precárias da região Nordeste. Em 2003 apenas 25,0% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 11,2% escolas com laboratório de informática, 5,5% com laboratório de ciências, 20,5% com quadras de esportes e 9,5% com Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, o estado do Maranhão é o que possuía o mais baixo percentual de docentes com formação superior em 2003 (19,1%) e o mais alto percentual de docentes com fundamental completo e incompleto. O que coloca a necessidade imediata de políticas de qualificação de docentes.

## **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica dessas taxas no período de 1998 a 2003 mostra que a repetência apresentou diminuição discreta para a 2ª série e oscilações nas outras duas, chegando ao final do período no patamar semelhante ao do início. Por sua vez, a evasão sofreu aumento até 2001 e depois pequena diminuição para as duas primeiras séries, e o inverso ocorrendo para a 3ª série.

Nos exercícios de projeção dessas taxas contidos no relatório a seguir, observa-se que apenas a 2ª série alcançará a meta de redução estabelecida pelo PNE tanto para a repetência quanto para a evasão. Por outro lado, as outras duas séries merecem especial atenção, pois se não houver maior empenho para a redução da repetência e evasão nessas séries, os níveis não diminuirão, não alcançando essa meta.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total de 15 a 17 anos. Observa-se que em 2003 apenas 21,3% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio, parte deles estavam no ensino fundamental ou na educação de jovens e adultos e o restante se encontravam fora da escola. Para atingir essa meta, é necessário, portanto, um esforço concentrado tanto na melhora das taxas de fluxo – principalmente no fluxo do ensino fundamental – quanto de uma maior inserção desses jovens na escola.

Se não houver esse esforço concentrado, a projeção da taxa de escolarização líquida mostra que, se a tendência histórica for mantida, o estado do Maranhão chegará em 2005 apenas com 23,3% das crianças de 15 a 17 anos cursando o nível médio e em 2010 com 31,2%, ou seja, não alcançará essa meta em nenhum dos dois períodos.

Outro fato importante é com relação à dinâmica demográfica do grupo etário alvo do ensino médio. Os dados populacionais projetados indicam que ao contrário do que ocorre para a população de 0 a 6 anos de idade, as taxas de crescimento da população de 15 a 17 anos ainda serão positivas até o final dessa década e haverá quase nenhuma alteração no peso relativo desses jovens no total da população. Assim, a política de inserção desses jovens no sistema de ensino não poderá contar, até o final dessa década, com o bônus demográfico que ocorrerá em outros grupos etários.

## **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois apenas 4,8% dos jovens de 18 a 24 anos em 2003 cursavam a educação superior. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário nesse mesmo ano é de 36,2%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Esse percentual é bastante expressivo nesse estado, pois apenas 25% dos jovens que completam o ensino médio terminam a 1ª série do superior.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino médio associada a uma política de retenção dos jovens de 18 a 24 anos que já concluíram o ensino médio, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida será bem aquém do desejável, ou seja, será de 10,1%.

Um fator positivo a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década. Tal fato é um fator positivo que pode aliviar as pressões desse grupo etário na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem feitas as políticas sugeridas acima.

### **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais do estado do Maranhão foi de 22,9% em 2003, sendo que a maior incidência é na população acima de 25 anos de idade.

Esse fato demonstra a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo. Apenas para quantificar, em 2003 eram mais de 983 mil pessoas acima de 15 anos que precisavam ser alfabetizadas. Sendo que desse total, quase 116 mil tinham a idade de 15 a 24 anos e o restante, 25 anos e mais.

## 1.2.2 ESTADO DO PIAUÍ

### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de frequentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 8,8%. O fato mais alarmante, porém, é a queda verificada nos anos de 1999 a 2003. Se a tendência histórica for mantida, a projeção dessa taxa para esse estado mostra que ele jamais alcançará a Meta 1, chegando em 2005 a 10% e em 2010 a 10,8.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade a situação é mais tranquila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário era de 71,9%, acima portanto da meta de 60% em 2005 estabelecida pelo PNE. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010.

A análise do atendimento da população alvo da educação infantil, mostra a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), afim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 631. Na pré-escola são 2.727 estabelecimentos. Ressalta-se que nos dois casos, a maioria dos estabelecimentos é municipal.

Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que o primeiro é maior, ficando claro, portanto, que o número de creches não faz frente ao número de crianças de 0 a 3 anos existentes no estado.

Como a educação infantil é de responsabilidade dos municípios, faz-se necessário um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais para a ampliação do número de creches.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções observa-se um crescimento negativo tanto do grupo etário de 0 a 3 anos quanto do de 4 a 6 anos. Em outras palavras, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão uma diminuição em números absolutos das crianças, se constituindo, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Para as escolas já existentes alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram que o Piauí é o estado do Nordeste que apresenta o menor percentual de creches com esgoto, energia elétrica e sanitários. E nos estabelecimentos pré-escolares só fica na frente do Maranhão.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que para alcançar a primeira meta, o Piauí está próximo, já que havia 85,5% dos docentes que atuam em creche e 89,2% dos que atuam em pré-escola com nível médio completo. Porém atingir 70% dos docentes com nível superior em 2010 está longe de ser alcançado, pois apenas 3,4% dos docentes que atuavam em creches e 5,7% dos que atuavam em pré-escola possuíam nível superior. Esse nível é bem abaixo da média nacional que é de 17,7% nas creches e 31,3% nas pré-escolas.

Fica evidenciado, portanto, que a expansão da educação infantil no estado do Piauí deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessária para expansão de creches, seja apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que o Piauí está longe de alcançar essa meta, pois o tempo médio de permanência das crianças nas creches é de 4,2 horas enquanto que na pré-escola é de apenas 3,9 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento progressivo da escola integral, aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores e melhor infra-estrutura se constitui no maior desafio da educação infantil para o estado do Piauí.

### **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. A evolução histórica da repetência mostra uma pequena queda a partir de 2000 em todas as séries. Apesar dessa queda, a repetência nesse estado ainda é bastante alta, sendo a 1ª série a que mais retém os alunos - 51,6% dos alunos não passavam nessa série em 2003. Ressalta-se, portanto, que a diminuição da repetência tem que ser focada principalmente nas séries iniciais, com políticas de ciclos, classes de aceleração de aprendizado e revisão dos critérios de avaliação dentro de sala de aula.

Com relação à evasão, depois de um período de estabilidade ocorreu aumento em 2001 e 2002 voltando a cair novamente em 2003. Ressalta-se que as séries finais são as que

possuem maior evasão. Dessa forma, as políticas de diminuição da evasão têm que ser focalizada nas séries finais, com maior atenção para as crianças que estão mais sujeitas a sair da escola, que é a população mais carente.

No exercício de projeção contido no relatório a seguir, observa-se que, se a tendência histórica for mantida, as taxas de repetência irão cair, porém num ritmo mais lento do que o necessário para atingir a meta de redução de 50% em 2005. Já a projeção da taxa de evasão mostra uma tendência contrária, ou seja, aumento.

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir a evasão. No cerne dessas políticas encontra-se a melhoria da qualidade das escolas, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente.

A melhora da repetência e evasão também está relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Dessa forma, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino. De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino no Piauí é bastante precária. Em 2003 apenas 26,0% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 11,3% escolas com laboratório de informática, 7,3% com laboratório de ciências, 23,0% com quadras de esportes e 8,1% com Internet. Entre os estados do Nordeste, Piauí só fica um pouco acima do Maranhão.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar do Piauí ter apresentado um significativo aumento de professores com curso superior, seu percentual em 2003 ainda era bastante baixo (28,5%). Ressalta-se também, que nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 11,9% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 49,7%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes, focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1 - os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 97,9%, maior, portanto que da média nacional que é de 97,2%. Dessa forma, pode se dizer que essa meta já está praticamente garantida, porém, é necessária uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 94,3% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando a educação infantil. Em 2003 das pessoas de 7 anos que freqüentavam a escola, 16,8% estavam na educação infantil. Como a educação infantil não possui reprovação, pode supor que esse percentual é devido à entrada tardia no sistema de ensino, o que sugere a necessidade de incentivos para a entrada na idade correta ao sistema de ensino.



## **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica dessas taxas no período de 1998 a 2003 mostra que a repetência apresentou tendência de queda para as duas primeiras taxas, enquanto a 3ª série ficou praticamente estável. Já a evasão sofreu pequeno aumento em todas as séries.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostram que, embora a repetência caia para as três séries, só a 2ª alcançara os parâmetros estabelecidos pela meta, a 3ª estará próxima de alcançar e a 1ª série ficará bem acima do nível estabelecido pela meta. Quanto à evasão, as projeções mostram pequeno aumento até 2010. Dessa forma, fica evidenciado, que esse estado precisa elaborar políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada a diminuição da repetência na 1ª série do ensino médio. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total de 15 a 17 anos. Observa-se que em 2003 apenas 25,5% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Como a taxa de atendimento desse grupo etário era de 87,4% nesse mesmo ano, pode-se perceber que grande parte desses jovens estava retida no ensino fundamental e na educação de jovens e adultos.

Se não houver uma política de melhora dos fluxos no ensino fundamental esse estado não alcançará a meta 1. Esse fato é demonstrado na projeção da taxa de escolarização líquida que está no relatório a seguir. Apesar do crescimento verificado entre 1998 e 2003, se esse ritmo for mantido, o Piauí chegará em 2005 com apenas 26,8% das crianças de 15 a 17 anos freqüentando o ensino médio, e em 2010 com 38,1%. Níveis bem abaixo do estabelecido pela meta.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que os jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliada a políticas que retenha esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental, porém ainda são bastante precárias, com 54,9% dos alunos atendidos por escolas que possuem bibliotecas, 38,6% em escolas

com laboratório de informática, 22,2% laboratórios de ciências, 59,4% com quadras e 24,3% com Internet. Juntamente com o Maranhão, Piauí possui a pior infra-estrutura da região Nordeste.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, também se verifica a necessidade de políticas de capacitação de professores, já que o Piauí possui o segundo menor nível de professores com curso superior completo (75,1%), ficando na frente apenas da Bahia.

### **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois em 2003 apenas 6,5% dos jovens de 18 a 24 anos cursam a educação superior. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 45,32%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 38% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio, ou seja, diminuir a retenção desses jovens no ensino médio. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino médio associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida será bem aquém do estabelecido pela meta, ou seja, será de 11,9%.

Um fator positivo a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década. Tal fato é um fator positivo que pode aliviar as pressões desse grupo etário na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem feitas as políticas sugeridas acima.

### **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo do estado do Piauí apresentou queda

durante o período e 1998 a 2003, porém o ritmo ainda é lento. Em 2003 havia 29,6% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, sendo que a maioria se encontra nas faixas etárias mais velhas. Esse percentual coloca o Piauí como o segundo maior em termos de taxa de analfabetismo.

Esse fato demonstra a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo. Apenas para quantificar, em 2003 eram mais de 603 mil pessoas acima de 15 anos que precisavam ser alfabetizadas. Sendo que desse total, quase 78 mil tinham a idade de 15 a 24 anos e o restante, 25 anos e mais.

### 1.2.3 ESTADO DO CEARÁ

#### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de frequentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 15,9% contra 81,8% do grupo etário de 4 a 6 anos de idade. Ressalta-se, porém, que as taxas para esse estado são maiores que a média brasileira e sua evolução histórica apresentou significativo aumento entre 1998 e 2003.

Apesar desse crescimento, o ritmo de inserção das crianças de 0 a 3 anos de idade na escola deve ser mais intenso para se alcançar a meta. A projeção dessa taxa para esse estado mostra que, mantido o atual crescimento, a meta nos dois períodos não será alcançada, chegando em 2005 com 19,1% de atendimento e em 2010 com 25,7%.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade a situação é mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário já era de 71,9%, acima portanto da meta de 60% em 2005 estabelecida pelo PNE. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010. A projeção dessa taxa mostra que o Ceará será o único estado da região Nordeste que alcançará os 100% de atendimento dessa faixa etária em 2010.

A análise do atendimento da população alvo da educação infantil, mostra a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), afim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofereçam creche, já que em 2003 havia apenas 2.743. Na pré-escola são 7.685 estabelecimentos. Ressalta-se que nos dois casos, a maioria dos estabelecimentos é municipal.

Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que o primeiro é maior, ficando claro, portanto, que o número de creches não faz frente ao número de crianças de 0 a 3 anos existentes no estado.

Como a educação infantil é de responsabilidade dos municípios, faz-se necessário um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais para a ampliação do número de creches.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das

projeções observa-se um crescimento negativo para a população de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos. Ressalta-se, porém, que no grupo etário de 0 a 3 anos, a taxa de crescimento para a idade de zero ano será positiva, para a idade de 1 ano próxima de zero, e negativa para 2 e 3 anos de idade. Enquanto que no grupo etário de 4 a 6 anos as taxas serão negativas para todas as idade até o final dessa década. Dessa forma, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão uma diminuição em números absolutos das crianças, se constituindo, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 4 a 6 anos.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Para as escolas já existentes alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram que o Ceará pode melhorar sua infra-estrutura básica, no que tange a aumentar o percentual de creches e pré-escolas com esgoto, energia elétrica e sanitários.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que o Ceará possui o mais alto percentual de docente com nível superior lecionando na pré-escola (23,4%) e o segundo maior percentual que lecionam em creches (12,9%). Apesar dessa melhor situação em relação aos demais estados do Nordeste, o Ceará deve investir na capacitação dos professores que atuam nesse nível de ensino, já que o percentual de professores que possui nível superior ainda é bem aquém da meta de 70% estabelecida pelo PNE.

Fica evidenciado, portanto, que a expansão da educação infantil no estado do Ceará deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessária para expansão de creches, seja apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que o Ceará está longe de alcançar essa meta, pois o tempo médio de permanência das crianças nas creches é de 4,7 horas enquanto que na pré-escola é de apenas 4,0 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento progressivo da escola integral, aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores e melhor infra-estrutura se constitui no maior desafio da educação infantil para o estado do Ceará.

## **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. Com base nos dados do Censo Escolar de 1998 a 2003, pode-se

dizer que de modo geral, as taxas de repetência por série no Ceará são as mais baixas da região. A sua evolução histórica mostra uma significativa queda da 1ª série e pequeno aumento nas restantes. Com relação à taxa de evasão, o Ceará também possui a menor taxa, com exceção da 8ª série que apresenta o segundo maior nível dentre os estados do Nordeste. Essa série apresentou também evolução bem diferente das demais, enquanto ocorreu queda na taxa de evasão nas sete primeiras séries, a 8ª série apresentou significativo aumento de 1999 a 2000, voltando a cair novamente.

Quando se projetam as taxas de acordo com a evolução histórica, percebe-se que no que tange a repetência, o Ceará deverá alcançar a meta de redução em praticamente todas as séries. Apenas a 5ª e 6ª séries merece maior atenção por parte dos formuladores de políticas públicas. O maior desafio, entretanto, é com relação às taxas de evasão, pois, mantida a tendência histórica, o Ceará não deverá alcançar uma redução de 50% da evasão em praticamente nenhuma série, ocorrendo inclusive aumento na maioria das séries. .

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir a evasão. No cerne dessas políticas encontra-se a melhoria da qualidade das escolas, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente, já que é a que possui maior probabilidade de sair da escola.

A melhora da repetência e evasão também está relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Assim, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino.

De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino no Ceará é uma das melhores da região Nordeste, porém, ainda está abaixo da média nacional. Em 2003, apenas 53,0% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 21,4% escolas com laboratório de informática, 7,3% com laboratório de ciências, 44,0% com quadras de esportes e 23,9% com Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar do Ceará ter apresentado um significativo aumento de professores com curso superior, seu percentual em 2003 ainda era baixo (55,4%), ressalta-se, porém, que esse percentual é próximo da média nacional e coloca o Ceará numa posição privilegiada dentre os estados do Nordeste.

Destaca-se o diferencial existente entre as séries iniciais e finais. Nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 40,8% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 72,2%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1 - os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 96,2%, pouco abaixo da média nacional que era de 97,2%. Dessa forma, pode

se dizer que essa meta já está praticamente garantida, porém, é necessária uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 91,7% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando a educação infantil. Em 2003 das pessoas de 7 anos que freqüentavam a escola, 22,57% estavam na educação infantil. Como a educação infantil não possui reprovação, pode supor que esse percentual é devido à entrada tardia no sistema de ensino, o que sugere a necessidade de incentivos para a entrada na idade correta ao sistema de ensino.

### **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica dessas taxas no período de 1998 a 2003 mostra que tanto a repetência quanto a evasão apresentaram tendência de aumento nas duas primeiras séries e quase estabilidade na 3ª série.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostram que esse estado não conseguirá atingir a meta de redução dessas taxas. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaborar políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total de 15 a 17 anos. Observa-se que em 2003 apenas 29,5% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Como a taxa de atendimento desse grupo etário era de 79,8% nesse mesmo ano, pode-se perceber que grande parte desses jovens estava retida no ensino fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos.

Se não houver uma política de melhora dos fluxos no ensino fundamental esse estado não alcançará a meta 1. Esse fato é demonstrado na projeção da taxa de escolarização líquida que está no relatório a seguir. Apesar do crescimento verificado entre 1998 e 2003, se esse ritmo for mantido, o Ceará chegará em 2005 com apenas 35,8% das crianças de 15 a 17 anos freqüentando o ensino médio, e em 2010 com 49,2%. Níveis bem abaixo do estabelecido pela meta.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que os jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliada a políticas que retenha esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental. O estado do Ceará destaca-se positivamente em relação à porcentagem de alunos atendidos em escolas com biblioteca, laboratório de informática e acesso a Internet, com respectivamente 85,9%, 70,6% e 89,2%. Esse percentual está bem acima da média nacional. Porém, o percentual de alunos atendidos em escolas com laboratório de ciências e quadras esportivas ainda se encontram abaixo da média nacional.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, verificou-se significativo aumento chegando em 2003 com 90,5% dos docentes com curso superior. Apesar desse alto percentual é necessário identificar os municípios onde a qualificação dos professores é mais precária para realizar políticas mais focalizadas.

### **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois em 2003 apenas 6,0% dos jovens de 18 a 24 anos cursam a educação superior. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 32,7%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 29,80% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio, ou seja, diminuir a retenção desses jovens no ensino médio. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino médio associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida será bem aquém do estabelecido pela meta, ou seja, será de 11,4%.



Um fato a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 20 a 24 anos até o final da década e crescimento positivo para as idades de 18 e 19 anos. Tal fato é um fator positivo que pode aliviar as pressões desse grupo etário na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem feitas as políticas sugeridas acima.

### **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo do estado do Ceará apresentou queda durante o período de 1998 a 2003, porém o ritmo ainda é lento. Em 2003 havia 22,6% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, esse percentual é bastante acima da média nacional que é de 11,6%. Quando calcula a taxa de analfabetismo por faixa etária, percebe-se para as pessoas mais velhas ela é bem maior, demonstrando a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que o Ceará necessita de um grau de esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de um milhão de pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.

## 1.2.4 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de freqüentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 17,1% contra 77,3% do grupo etário de 4 a 6 anos de idade. Ressalta-se, porém, que as taxas para esse estado são maiores que a média brasileira, sendo que para a faixa etária de 0 a 3 anos é a maior da região Nordeste e sua evolução histórica apresentou significativo aumento entre 1998 e 2003. .

Apesar desse crescimento, o ritmo de inserção das crianças de 0 a 3 anos de idade na escola deve ser mais intenso para se alcançar a meta. A projeção dessa taxa para esse estado mostra que, mantido o atual crescimento, a meta nos dois períodos não será alcançada, chegando em 2005 com 18,4% de atendimento e em 2010 com 22,4%.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade a situação é mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário já era maior do que o nível estabelecido pela meta. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010. A projeção dessa taxa mostra que o Rio Grande do Norte estará próximo de atingir tal meta, já que a taxa projetada foi de 99,4%.

A análise do atendimento da população alvo da educação infantil, mostra a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), afim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 828. Na pré-escola são 2.095 estabelecimentos. Ressalta-se que nos dois casos, a maioria dos estabelecimentos é municipal.

Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que o primeiro é maior, ficando claro, portanto, que o número de creches não faz frente ao número de crianças de 0 a 3 anos existentes no estado.

Como a educação infantil é de responsabilidade dos municípios, faz-se necessário um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais para a ampliação do número de creches.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções observa-se um crescimento negativo para a população de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos até o final dessa década. Dessa forma, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão uma diminuição em números absolutos das crianças, se constituindo, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Para as escolas já existentes alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram que o Rio Grande do Norte pode melhorar sua infra-estrutura básica, principalmente no que tange a aumentar o percentual de creches e pré-escolas com sanitários, cujos percentuais se encontravam bem abaixo da média nacional.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que o Rio Grande do Norte possui apenas 19,7% dos docentes que atuam na pré-escola com curso superior e 11,2% com esse nível de ensino que atuam nas creches. Dessa forma, apesar do percentual de docentes com curso superior que atuam nessas duas modalidades ter aumentado durante o período de 1998 a 2003, verifica-se a necessidade de investimentos na capacitação dos professores que atuam nesse nível de ensino para que a meta possa ser alcançada.

Dessa forma, a expansão da educação infantil no estado do Rio Grande do Norte deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessária para expansão de creches, seja apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que esse estado deve investir no atendimento integral para se alcançar essa meta, pois o tempo médio de permanência das crianças nas creches é de 5,0 horas enquanto que na pré-escola é de apenas 4,4 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento progressivo da escola integral, aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores e melhor infra-estrutura se constitui no maior desafio da educação infantil para o estado do Rio Grande do Norte.

### **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. Com base nos dados do Censo Escolar de 1998 a 2003, pode-se

dizer que de modo geral, as taxas de repetência por série no Rio Grande do Norte se encontram em um patamar elevado, principalmente nas séries iniciais. Para se ter uma idéia, em 2003, 45,5% das pessoas que cursaram a 1ª série não conseguiram passar. O mais preocupante, entretanto, é a tendência de estagnação dessa taxa para praticamente todas as séries, e recente elevação na 1ª série.

Com relação à taxa de evasão, o Rio Grande do Norte também possui níveis elevados, sendo maiores nas séries finais. Da mesma forma que a taxa anterior, os níveis se encontraram praticamente estagnados durante o período para praticamente todas as séries, com pequena tendência de alta no ano mais recente.

Mantida essa tendência histórica, esse estado jamais alcançara a meta de redução dessas taxas estabelecida pelo PNE para a maioria das séries. De acordo com as projeções contidas no relatório a seguir, observa-se que apenas a taxa de repetência da 3ª e 7ª série e a evasão da 1ª série devem reduzir 50%. O mais preocupante, porém, é a tendência de expressiva alta das taxas de evasão.

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir a repetência e evasão. No cerne dessas políticas encontra-se a melhoria da qualidade das escolas, políticas de correção de fluxos e ciclos, incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente, já que é a que possui maior probabilidade de sair da escola.

A melhora da repetência e evasão também está relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Assim, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino.

De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino no Rio Grande do Norte, apesar de ter apresentado melhora no período, ainda precisa de mais investimento. Em 2003, apenas 45,3% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 16,3% escolas com laboratório de informática, 8,2% com laboratório de ciências, 32,0% com quadras de esportes e 10,2% com Internet. Esses percentuais são bem abaixo da média nacional.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar do Rio Grande do Norte ter apresentado um significativo aumento de professores com curso superior, seu percentual em 2003 ainda era baixo (50,1%).

Destaca-se o diferencial existente entre as séries iniciais e finais. Nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 32,3% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 72,8%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1 - os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14

anos era de 96,9%, pouco abaixo da média nacional que era de 97,2%. Dessa forma, pode se dizer que essa meta já está praticamente garantida, porém, é necessária uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 95,5% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando a educação infantil. Em 2003 das pessoas de 7 anos que freqüentavam a escola 10,01% estavam na educação infantil. Como a educação infantil não possui reprovação, pode supor que esse percentual é devido à entrada tardia no sistema de ensino, o que sugere a necessidade de incentivos para a entrada na idade correta ao sistema de ensino.

### **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

As taxas de repetência do Rio Grande do Norte são as maiores do Nordeste e sua tendência histórica é de estabilidade para as duas primeiras séries e aumento para a 3ª série. Quanto à evasão, os níveis são próximos da média nacional, porém ocorreu aumento nas duas primeiras séries nos anos mais recentes e estabilidade na 3ª série.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostra que esse estado não conseguirá atingir a meta de redução dessas taxas. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaborar políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total de 15 a 17 anos. Observa-se que em 2003 apenas 33,3% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Como a taxa de atendimento desse grupo etário era de 77,9% nesse mesmo ano, pode-se perceber que grande parte desses jovens estava retida no ensino fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos.

Se não houver uma política de melhora dos fluxos no ensino fundamental esse estado não alcançará a meta 1. Esse fato é demonstrado na projeção da taxa de escolarização líquida que está no relatório a seguir. Apesar do crescimento verificado entre 1998 e 2003, se esse ritmo for mantido, o Rio Grande do Norte chegará em 2005 com apenas 37,3% das crianças de 15 a 17 anos freqüentando o ensino médio, e em 2010 com 50,9%. Níveis bem abaixo do estabelecido pela meta.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que os jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliada a políticas que retenha esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental. Porém, esse estado ainda precisa investir na sua infra-estrutura física já que pó percentual de alunos atendidos em escolas com laboratório de ciências e Internet são os segundo mais baixos dentre os estados do Nordeste.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, verificou-se significativo no último ano analisado, chegando a 86,0% dos docentes com curso superior. Apesar desse aumento, o percentual ainda está abaixo da média nacional, o que coloca a necessidade de investimentos na qualificação dos professores, oferecendo cursos de capacitação.

## **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois em 2003 apenas 5,8% dos jovens de 18 a 24 anos cursam a educação superior. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse ano é de 37,4%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 32,98% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio, ou seja, diminuir a retenção desses jovens no ensino médio. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio. Com relação a esse último problema a solução seria o principalmente o oferecimento de créditos educativos para se cursar os estabelecimentos de ensino privado.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino médio associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida será bem aquém do estabelecido pela meta, ou seja, será de 8,2%.

Um fato a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década. Tal fato é um fator positivo que pode aliviar as pressões desse grupo etário na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem feitas as políticas sugeridas acima.

### **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo do estado do Rio Grande do Norte apresentou queda durante o período de 1998 a 2003, porém o ritmo ainda é lento. Em 2003 havia 22,7% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, esse percentual é bastante acima da média nacional que é de 11,6%. Quando calcula a taxa de analfabetismo por faixa etária, percebe-se que é bem maior nas idades mais velhas, demonstrando a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que esse estado necessita de um grau de esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de 665 mil pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.

## 1.2.5 ESTADO DA PARAÍBA

### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de freqüentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 10,9%. Destaca-se, entretanto, que esse estado foi um dos que apresentou maior aumento entre o período analisado (1998 e 2003), conforme pode ser visto pelos dados extraídos na PNAD, contidos no relatório a seguir. Apesar dessa tendência de alta, as projeções indicam uma necessidade de maior esforço na inserção de crianças nessa faixa etária na escola, pois a taxa projetada para 2005 é de 13,2% e para 2010 de 18,3%, abaixo, portanto, dos níveis estabelecidos pela meta.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade a situação é mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário era de 74,6%, acima portanto da meta de 60% em 2005 estabelecida pelo PNE. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010. Segundo as projeções para essa faixa etária, mantida a tendência histórica de crescimento, em 2010 haverá 95,1% de pessoas de 4 a 6 anos freqüentando a escola, ou seja, a meta será alcançada.

Pelo o que foi exposto acima, percebe-se a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), afim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 423, enquanto que na pré-escola eram 4.718. Ressalta-se que nos dois casos, a maioria dos estabelecimentos é municipal.

Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que o primeiro é maior, ficando claro, portanto, que o número de creches não faz frente ao número de crianças de 0 a 3 anos existentes no estado.

Como a educação infantil é de responsabilidade dos municípios, faz-se necessário um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais para a ampliação do número de creches.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções observa-se um crescimento negativo tanto do grupo etário de 0 a 3 anos quanto de 4 a 6 anos. Em outras palavras, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão uma diminuição em números absolutos das crianças, se



constituindo, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Para as escolas já existentes alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram que a Paraíba é o estado do Nordeste que apresenta um dos melhores indicadores dentre os estados da região Nordeste. Apesar disso, o percentual de escolas com sanitários ainda é abaixo da média nacional.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 revelam que apesar do percentual de docentes com nível médio ser alto nas duas modalidades de ensino, ele caiu entre 2002 e 2003. Essa queda está atrelada ao aumento do número de docentes com curso superior. Destaca-se, todavia, que o percentual de docentes com nível superior ainda é bastante baixo nas creches (10,8%) e pré-escola (18,2%) e que ainda há uma grande número de docentes com fundamental completo ou incompleto. Pode-se dizer, portanto, que para alcançar a meta dos 70% de professores com curso superior a Paraíba precisa de um investimento alto na capacitação dos seus professores.

Dessa forma, a expansão da educação infantil no estado da Paraíba deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessária para expansão de creches, seja apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que a Paraíba é o estado com maior média de horas-aula diárias dentro do Nordeste para as creches (8,3), porém, o tempo médio de permanência na pré-escola ainda é baixo (4,4).

Em síntese pode-se dizer que o aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores, melhor infra-estrutura e aumento do tempo de permanência na pré-escola se constituem no maior desafio da educação infantil para o estado da Paraíba.

### **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. A taxa de repetência para esse estado mostra que os níveis são bastante elevados, principalmente na 1ª série, onde 46,6% das pessoas que cursaram essa série em 2003 não conseguiram passar. O mais preocupante, portanto, é a quase estabilização dessa taxa para a 1ª série nos últimos três anos analisados (2001 a 2003) e o pequeno aumento verificado nas demais séries.

Com relação à evasão, a trajetória histórica mostra que os níveis praticamente não se alteraram durante os anos de 1998 a 2003. Ressalta-se também que as séries finais são as que possuem maior evasão. Dessa forma, as políticas de diminuição da evasão têm que ser focalizada nas séries finais, com maior atenção para as crianças que estão mais sujeitas a sair da escola, que é a população mais carente.

No exercício de projeção contido no relatório a seguir, observa-se que, se a tendência histórica for mantida, esse estado não alcançará a meta de redução de 50% até 2005. Ao contrário, as taxas de repetência e evasão irão cair. A única exceção é a taxa de evasão da 1ª série, cuja promoção mostra que ela deve reduzir os 50%, porém o seu nível já é bastante baixo.

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir tanto a evasão quanto a repetência. No caso da repetência, as políticas para a sua redução consistem principalmente na implantação de ciclos e classes de aceleração, juntamente com investimentos em formação de professores e mecanismos de acompanhamento permanente do aprendizado do aluno. Para a diminuição da evasão, um dos caminhos seria a também a melhoria da qualidade das escolas, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente.

Como já mencionado, a melhora da repetência e evasão está fortemente relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Dessa forma, investimentos na infraestrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino. De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino na Paraíba tem melhorado bastante, porém ainda é precária. Em 2003 apenas 39,6% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 14,5% escolas com laboratório de informática, 10,1% com laboratório de ciências, 40,7% com quadras de esportes e 9,2% com Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar da Paraíba ter apresentado um significativo aumento de professores com curso superior, seu percentual em 2003 ainda é abaixo da média nacional (52,6%). Ressalta-se também, que nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 29,7% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 81,1%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes, focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1 - os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 97,4%, pouco maior que da média nacional que era de 97,2%. Dessa forma, pode-se dizer que essa meta já está praticamente garantida, porém, é necessária uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 95,3% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma

quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando a educação infantil. Em 2003 das pessoas de 7 anos que freqüentavam a escola, 12,87% estavam na educação infantil. Esse dado sugere que as crianças estão entrando tardiamente no sistema de ensino, sendo, portanto, necessário incentivos para que a criança entre na idade correta no sistema de ensino.

### **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

Os níveis de repetência desse estado encontram-se em um patamar intermediário, sendo maior que os níveis brasileiros para as duas primeiras séries e pouco menor para a 3ª série. A análise histórica dessas taxas no período de 1998 a 2003 mostra que a repetência apresentou pequena tendência de alta para a 1ª e 3ª série e estabilização para a 2ª série. Já a evasão, apresenta níveis menores que a média nacional, e sua evolução histórica apresentou pequeno aumento para a 1ª e 2ª série, ficando a 3ª série quase estagnada.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostra que a repetência e evasão devem aumentar até o final da década. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaboração de políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência, principalmente nas duas primeiras séries. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio, acompanhado por mecanismo de avaliação do aprendizado do aluno.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total nessa faixa etária. Observa-se que em 2003, apenas 21,3% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Como a taxa de atendimento desse grupo etário era de 78,7% nesse mesmo ano, pode-se perceber que grande parte desses jovens estava retida no ensino fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos.

Se não houver uma política de melhora dos fluxos no ensino fundamental esse estado não alcançará a Meta 1. Esse fato é demonstrado na projeção da taxa de escolarização líquida que está no relatório completo. Apesar do crescimento verificado entre 1998 e 2003, principalmente no último ano, se o ritmo histórico for mantido, a Paraíba chegará em 2005 com apenas 22,5% das crianças de 15 a 17 anos freqüentando o ensino médio, e em 2010 com 27,1%. Níveis bem abaixo do estabelecido pela meta.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que os jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliada a políticas que retenha esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais

preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental, porém ainda são precárias, principalmente com relação à porcentagem de alunos atendidos com laboratório de informática (30,4%), laboratório de ciências (46,1%) e acesso a Internet (27,9%). Ressalta-se, também, que há um diferencial de qualidade entre as diferentes categorias administrativas. Dentro os estabelecimentos públicos, os municipais são os que possuem pior infra-estrutura enquanto os estaduais possuem a melhor.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, observa-se que na Paraíba o percentual de professores com nível superior é próximo da média nacional, sendo nesse estado de 89,1% enquanto no Brasil esse nível é de 90,2%. Porém, deve-se levar em consideração, que no período de 1998 a 2003 não ocorreu aumentos significativos na porcentagem de professores com curso superior, sendo, portanto, necessário uma política mais acentuada de melhora da qualificação dos docentes.

### **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois apenas 7,1% dos jovens de 18 a 24 anos cursam a educação superior em 2003. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 39,0%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 34,40% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio e fundamental, ou seja, muitos jovens ainda estão cursando o ensino médio devido a grande distorção idade/série proveniente do atraso escolar desde o fundamental. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos dos ensinos médio e fundamental associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida será bem aquém do estabelecido pela meta, ou seja, será de 8,6%.

Um fator positivo a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década. Tal fato é um fator positivo que pode aliviar as pressões desse grupo etário na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem feitas às políticas sugeridas acima.

### **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo do estado da Paraíba se encontra praticamente estagnadas entre o período de 1999 a 2003. Em 2003 havia 27,1% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, sendo que a maioria se encontra nas faixas etárias mais velhas.

Esse fato demonstra a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo. Apenas para quantificar, em 2003 eram mais de 679 mil pessoas acima de 15 anos que precisavam ser alfabetizadas. Sendo que desse total, quase 83 mil tinham a idade de 15 a 24 anos e o restante, 25 anos e mais.

## 1.2.6 ESTADO DE PERNAMBUCO

### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de cursar a creche, quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 10,7%. Além disso, as projeções indicam uma necessidade de maior esforço na inserção de crianças nessa faixa etária na escola, pois a taxa projetada para 2005 é de 13,4% e para 2010 de 16,8%, abaixo, portanto, dos níveis estabelecidos pela meta.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade, a situação é mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário era de 70,6%, acima portanto da meta de 60% em 2005 estabelecida pelo PNE. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010. Segundo as projeções para essa faixa etária, mantida a tendência histórica de crescimento verificada entre 1998 e 2003, em 2010 haverá 85,9% de crianças de 4 a 6 anos freqüentando a escola, ou seja, a meta será alcançada.

Pelo o que foi exposto acima, percebe-se a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), afim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 1.204, enquanto que na pré-escola eram 5.340. Ressalta-se que a maioria dos estabelecimentos que ofertam creche pertence ao setor privado, enquanto que a maioria da pré-escola pertence ao município. Tal fato demonstra a necessidade de um planejamento conjunto entre estado e municípios para a ampliação do número de creches, já que cabe aos municípios a sua oferta.

Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que a primeira é maior, no entanto, o número de estabelecimentos de pré-escolas é muito superior ao número de creches. Fica assim evidenciado, que o número de creches não faz frente ao número de crianças a serem atendidas.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções, que estão a seguir no relatório, observa-se um crescimento negativo tanto do grupo etário de 0 a 3 anos quanto de 4 a 6 anos. Em outras palavras, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão uma diminuição em

números absolutos das crianças, constituindo-se, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para as novas escolas. Para as escolas já existentes, alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram que a inexistência de sanitário se constitui em um dos principais problemas, posto que o percentual de escolas que o possui é bastante baixo nas duas modalidades, porém, acima da média da região Nordeste.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 revelam que o nível de docentes com nível médio em Pernambuco era de 73,5% nas creches e 75,7% na pré-escola. Tal fato indica que essa meta dificilmente será alcançada em 2005, até porque esse percentual vem apresentado queda no período 2001-03.

Mais preocupante, porém, é o baixo percentual de docentes com curso superior. Em 2003 esse percentual era de 17,7% nas creches e 19,5% na pré-escola. Pode-se dizer, portanto, que para alcançar a meta dos 70% de professores com curso superior, esse estado precisa de um investimento alto na capacitação dos seus professores.

Dessa forma, a expansão da educação infantil no estado de Pernambuco deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente, capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessária para expansão de creches, seja apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento em período integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que as creches estão mais próximas de atingir essa meta que a pré-escola, já que a primeira possui um tempo médio de permanência de 6,2, enquanto a última de 4,2.

Em síntese pode-se dizer que o aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores, melhor infra-estrutura e aumento do tempo de permanência na pré-escola se constituem no maior desafio da educação infantil para o estado de Pernambuco.

### **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. A análise dos dados de repetência mostra que Pernambuco apresentou uma significativa redução nas taxas na primeira série do ensino fundamental no período 1998-2003, porém, nas demais séries a redução acontece de forma mais lenta.

Com relação à evasão, a trajetória histórica mostra que nas primeiras séries os níveis praticamente não se alteraram durante os anos de 1998 a 2003. Ressalta-se também que as séries finais são as que possuem maior evasão e apresentaram pequena alta nos períodos mais recentes. Dessa forma, as políticas de diminuição da evasão têm que ser focalizadas nas séries finais, com maior atenção para as crianças que estão mais sujeitas a sair da escola - as mais carentes.

No exercício de projeção contido a seguir no relatório, observa-se que, se a tendência histórica for mantida, esse estado não alcançará a meta de redução de 50% até 2005. Ao contrário, as taxas de repetência e evasão poderão aumentar em algumas séries.

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir tanto a evasão quanto a repetência. No caso da repetência, as políticas para a sua redução consistem principalmente na implantação de ciclos e classes de aceleração, juntamente com investimentos em formação de professores e mecanismos de acompanhamento permanente do aprendizado do aluno. Para a diminuição da evasão, um dos caminhos seria a também a melhoria da qualidade das escolas, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente.

Como já mencionado, a melhora da repetência e evasão está fortemente relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Dessa forma, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino. De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino em Pernambuco tem melhorado bastante, porém ainda é precária. Em 2003, tem-se que 50,7% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 27,7% escolas com laboratório de informática, 11,4% com laboratório de ciências, 36,8% com quadras de esportes e 31,8% com Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar de Pernambuco ter apresentado um significativo aumento de professores com curso superior, seu percentual em 2003 ainda é abaixo da média nacional (56,8%). Ressalta-se também, que nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 30,8% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 89,2%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes, focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1, os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 95,8% em Pernambuco, abaixo da média nacional que era de 97,2%, e da média do nordeste (96%). Portanto, este estado fica em situação das mais preocupantes da região nordeste. Para ter sucesso nessa meta, recomenda-se uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 92,4% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma



quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando a educação infantil. Em 2003, das crianças de 7 anos que freqüentavam a escola, 15,23% estavam na educação infantil. Esse dado sugere que as crianças estão entrando tardiamente no sistema de ensino, sendo, portanto, necessários incentivos para que a criança entre na idade correta no sistema de ensino.

## **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica das taxas de repetência do estado no período de 1998 a 2003 mostra que a repetência apresentou pequena tendência de alta para a 1ª e 3ª série e de baixa para a 2ª série. Assim, enquanto nas duas últimas séries as taxas de repetência do estado foram menores que a média nacional em 2003, a taxa de repetência na 1ª série ainda se situa acima da média nacional. Já a evasão, apresenta níveis menores que a média nacional apenas na 1ª série, ficando bem abaixo da média nacional nas séries seguintes. Quanto a evolução histórica das taxas de evasão em Pernambuco, constata-se pequeno aumento nas três séries do ensino médio.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostra que a repetência e evasão devem aumentar até o final da década. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaboração de políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência, principalmente nas duas primeiras séries. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio, acompanhado por mecanismo de avaliação do aprendizado do aluno.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total nessa faixa etária. Observa-se que em 2003, apenas 27,1% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Como a taxa de atendimento desse grupo etário era de 78,8% nesse mesmo ano, pode-se perceber que grande parte desses jovens estava retida no ensino fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos.

Se não houver uma política de melhora dos fluxos no ensino fundamental esse estado não alcançará a Meta 1. Esse fato é demonstrado na projeção da taxa de escolarização líquida que está a seguir. Apesar do crescimento verificado entre 1998 e 2003, principalmente no último ano, se o ritmo histórico for mantido, o estado de Pernambuco chegará em 2005 com apenas 30,8% dos jovens de 15 a 17 anos freqüentando o ensino médio, e em 2010 com 41,7% - níveis bem abaixo do estabelecido pela meta.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que os jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliada a políticas que retenha esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio no estado possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental, porém ainda são precárias, principalmente com relação à porcentagem de alunos atendidos com laboratório de informática (45,7%), laboratório de ciências (35,9%) e acesso a Internet (68,7%). Ressalta-se, também, que há um diferencial de qualidade entre as diferentes categorias administrativas. Dentro os estabelecimentos públicos, os municipais são os que possuem pior infra-estrutura enquanto os estaduais possuem a melhor.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, consta que em Pernambuco 95% professores de ensino médio possuem nível superior, acima, portanto, da média nacional (90,2%).

### **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Através dos dados da PNAD de 1998 a 2003, percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois apenas 5,6% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o educação superior em 2003. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 34%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 30,6% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio e fundamental, ou seja, muitos jovens ainda estão cursando o ensino médio devido a grande distorção idade/série proveniente do atraso escolar desde o fundamental. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos dos ensinos médio e fundamental, associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de

escolarização líquida da educação superior será bem aquém do estabelecido pela meta - 8,0%.

Um fator positivo a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década, o que poderá aliviar as pressões desse grupo etário na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem realizadas as políticas sugeridas acima.

### **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais do estado de Pernambuco era de 21,5% em 2003, sendo que a maioria se encontra acima de 35 anos.

Esse fato demonstra a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo. Apenas para quantificar, em 2003 eram mais de 1,2 milhão de pessoas acima de 15 anos que precisavam ser alfabetizadas. Sendo que desse total, 88% tinham 25 anos ou mais.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que esse estado necessita de um grau de esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de 1,8 milhão de pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.

## 1.2.7 ESTADO DE ALAGOAS

### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de cursar a creche, quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 6%. Além disso, devido à redução desta taxa no período 99-2003, as projeções não são nada animadoras e indicam uma necessidade de maior esforço na inserção de crianças nessa faixa etária na escola, pois a taxa projetada para 2005 é de 5,5% e para 2010 de 4,1%.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade, a situação é mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário era de 61,5%, pouco acima da meta de 2005 estabelecida pelo PNE. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010. Segundo as projeções para essa faixa etária, mantida a tendência histórica de crescimento verificada entre 1998 e 2003, em 2010 haverá 90,0% de crianças de 4 a 6 anos freqüentando a escola, ou seja, a meta será alcançada.

Pelo o que foi exposto acima, percebe-se a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), afim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 210, enquanto que na pré-escola eram 1.367. Ressalta-se que a maioria dos estabelecimentos que ofertam creche e pré-escola pertence à administração municipal. Tal fato demonstra a necessidade de um planejamento conjunto entre estado e municípios para a ampliação do número de creches, já que cabe aos municípios a sua oferta.

Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que a primeira é maior, no entanto, o número de estabelecimentos de pré-escolas é muito superior ao número de creches. Fica assim evidenciado, que o número de creches não faz frente ao número de crianças a serem atendidas.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções, que estão no relatório a seguir, observa-se um crescimento negativo tanto do grupo etário de 0 a 3 anos quanto de 4 a 6 anos. Em outras palavras, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão uma diminuição em

números absolutos das crianças, constituindo-se, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para as novas escolas. Para as escolas já existentes, alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram que a inexistência de sanitário se constitui em um dos principais problemas, posto que o percentual de escolas que o possui é bastante baixo nas duas modalidades, porém, acima da média da região Nordeste.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 revelam que o nível de docentes com nível médio em Alagoas era de 76,7% nas creches e 82% na pré-escola. Tal fato indica que essa meta dificilmente será alcançada em 2005.

Mais preocupante, porém, é o baixo percentual de docentes com curso superior. Em 2003 esse percentual era de 10,4% nas creches e 12,7% na pré-escola. Pode-se dizer, portanto, que para alcançar a meta dos 70% de professores com curso superior, esse estado precisa de um investimento alto na capacitação dos seus professores.

Dessa forma, a expansão da educação infantil no estado de Alagoas deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente, capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessária para expansão de creches, seja apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento em período integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que as creches estão mais próximas de atingir essa meta que a pré-escola, já que a primeira possui um tempo médio de permanência de 7,6 horas, enquanto a última de 4.

Em síntese pode-se dizer que o aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores, melhor infra-estrutura e aumento do tempo de permanência na pré-escola se constituem no maior desafio da educação infantil para o estado de Alagoas.

### **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. A análise dos dados de repetência mostra que Alagoas apresentou uma significativa redução nas taxas na primeira série do ensino fundamental no período 1998-2003, porém, nas demais séries a redução acontece de forma mais lenta.

Com relação à evasão, a trajetória histórica mostra que nas primeiras séries os níveis praticamente não se alteraram durante os anos de 1998 a 2003. Ressalta-se também que as séries finais são as que possuem maior evasão e apresentaram pequena alta nos períodos mais recentes. Dessa forma, as políticas de diminuição da evasão têm que ser focalizadas nas séries finais, com maior atenção para as crianças que estão mais sujeitas a sair da escola - as mais carentes.

No exercício de projeção contido a seguir no relatório, observa-se que, se a tendência histórica for mantida, esse estado não alcançará a meta de redução de 50% até 2005. Ao contrário, as taxas de evasão poderão aumentar nas últimas séries.

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir tanto a evasão quanto a repetência. No caso da repetência, as políticas para a sua redução consistem principalmente na implantação de ciclos e classes de aceleração, juntamente com investimentos em formação de professores e mecanismos de acompanhamento permanente do aprendizado do aluno. Para a diminuição da evasão, um dos caminhos seria a também a melhoria da qualidade das escolas, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente.

Como já mencionado, a melhora da repetência e evasão está fortemente relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Dessa forma, investimentos na infraestrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino. De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino em Alagoas tem melhorado bastante, porém ainda é precária. Em 2003, tem-se que apenas 31,9% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 14,7% escolas com laboratório de informática, 6% com laboratório de ciências, 22,8% com quadras de esportes e 7,7% com Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar de Alagoas ter apresentado um significativo aumento de professores com curso superior, seu percentual em 2003 - 34,2% - ainda estava muito abaixo da média nacional (56,8%). Ressalta-se também, que nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 13,7% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 61,4%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes, focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola - Meta 1, os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 93,7% em Alagoas, abaixo da média nacional que era de 97,2%, e da média do nordeste (96%). Portanto, este estado fica em situação das mais preocupantes da região nordeste. Para ter sucesso nessa meta, recomenda-se uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 89,5% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando a educação infantil. Em 2003, das crianças de 7 anos que freqüentavam a escola, 21,77% estavam na educação infantil. Esse dado sugere que as crianças estão entrando tardiamente no sistema de ensino, sendo, portanto, necessários incentivos para que a criança entre na idade correta no sistema de ensino.

## **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica das taxas de repetência do estado no período de 1998 a 2003 mostra que a repetência apresentou pequena tendência de alta para a 3ª série e de baixa para a 1ª e 2ª série. Mesmo assim, em 2003, as taxas de repetência do estado foram superiores à média nacional em todo o ensino médio. Já a evasão, apresenta-se superior à média nacional apenas na 3ª série, ficando bem abaixo da média nacional nas séries anteriores.

Se a tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostram que a repetência e evasão devem aumentar até o final da década. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaboração de políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência, principalmente nas duas primeiras séries. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio, acompanhado por mecanismo de avaliação do aprendizado do aluno.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total nessa faixa etária. Observa-se que em 2003, apenas 16,6% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Como a taxa de atendimento desse grupo etário era de 78,7% nesse mesmo ano, pode-se perceber que grande parte desses jovens estava retida no ensino fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos.

Se não houver uma política de melhora dos fluxos no ensino fundamental esse estado não alcançará a Meta 1. Esse fato é demonstrado na projeção da taxa de escolarização líquida que está a seguir. Apesar do crescimento verificado entre 1998 e 2003, principalmente no último ano, se o ritmo histórico for mantido, o estado de Alagoas chegará em 2005 com apenas 19,9% dos jovens de 15 a 17 anos freqüentando o ensino médio, e em 2010 com 26,5% - níveis bem abaixo do estabelecido pela meta.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que os jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliada a políticas que retenha esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio no estado possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental, porém ainda são precárias, principalmente com relação à porcentagem de alunos atendidos com laboratório de informática (45%), laboratório de ciências (28,1%), quadra de esportes (44,6%) e acesso a Internet (23,6%). Ressalta-se, também, que há um diferencial de qualidade entre as diferentes categorias administrativas. Dentro os estabelecimentos públicos, os municipais são os que possuem pior infra-estrutura enquanto os estaduais possuem a melhor.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, consta que em Alagoas 81,5% professores de ensino médio possuem nível superior, situando-se abaixo da média nordestina (82,8) e da média nacional (90,2%).

### **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois em 2003 apenas 5,4% dos jovens de 18 a 24 anos cursam a educação superior. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse ano é de 37,2%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 42,1% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio, ou seja, diminuir a retenção desses jovens no ensino médio. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio. Com relação a esse último problema a solução seria o principalmente o oferecimento de créditos educativos para se cursar os estabelecimentos de ensino privado.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino médio associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida na educação superior será bem aquém do estabelecido pela meta, ou seja, será de 7,5%.



Um fato a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década. Tal fato é um fator positivo que pode aliviar as pressões desse grupo etário na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem feitas às políticas sugeridas acima.

### **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo do estado de Alagoas apresentou queda durante o período de 1998 a 2003, porém o ritmo ainda é lento. Em 2003 havia 31,2% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas. Esse percentual é bastante acima da média nacional que é de 11,6%. Quando se calcula a taxa de analfabetismo por faixa etária, percebe-se que é bem maior nas idades mais velhas, demonstrando a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que esse estado necessita de um grau de esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de 800 mil de pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.

## **1.2.8 ESTADO DE SERGIPE**

### **Educação infantil**

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de cursar a creche, quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 12,5%. Além disso, devido ao lento crescimento dos anos passados, as projeções não são nada animadoras e indicam uma necessidade de maior esforço na inserção de crianças nessa faixa etária na escola, pois a taxa projetada para 2005 é de 12,6% e para 2010 de 13,7%.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade, a situação é mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário era de 79,6%, acima da meta de 2005 estabelecida pelo PNE. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010. Segundo as projeções para essa faixa etária, mantida a tendência histórica de crescimento verificada entre 1998 e 2003, em 2010 haverá 92,1% de crianças de 4 a 6 anos freqüentando a escola, ou seja, a meta será alcançada.

Pelo o que foi exposto acima, percebe-se a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), afim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 127, enquanto que na pré-escola eram 1.609. Ressalta-se que a maioria dos estabelecimentos que ofertam creche e pré-escola pertence à administração municipal. Como a oferta de creches é de competência do município, há uma necessidade de um planejamento conjunto entre estado e municípios para a ampliação do número de creches, já que cabe aos municípios a sua oferta.

Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que a primeira é maior, no entanto, o número de estabelecimentos de pré-escolas é muito superior ao número de creches. Fica assim evidenciado, que o número de creches não faz frente ao número de crianças a serem atendidas.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções, que estão no relatório a seguir, observa-se um crescimento negativo tanto do grupo etário de 0 a 3 anos quanto de 4 a 6 anos. Em outras palavras, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão uma diminuição em

números absolutos das crianças, constituindo-se, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para as novas escolas. Para as escolas já existentes, alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram que a inexistência de sanitário se constitui em um dos principais problemas, posto que o percentual de escolas que o possui é bastante baixo nas duas modalidades.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 revelam que o nível de docentes com nível médio no Sergipe era de 62,7% nas creches e 75,5% na pré-escola. Tal fato indica que essa meta dificilmente será alcançada em 2005.

Mais preocupante, porém, é o baixo percentual de docentes com curso superior. Em 2003 esse percentual era de 10,3% nas creches e 19,1% na pré-escola. Pode-se dizer, portanto, que para alcançar a meta dos 70% de professores com curso superior, esse estado precisa de um investimento alto na capacitação dos seus professores.

Dessa forma, a expansão da educação infantil no estado de Sergipe deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente, capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessária para expansão de creches, seja apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento em período integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que as creches estão mais próximas de atingir essa meta que a pré-escola, já que a primeira possui um tempo médio de permanência de 7,3 horas, enquanto a última de 4,2.

Em síntese pode-se dizer que o aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores, melhor infra-estrutura e aumento do tempo de permanência na pré-escola se constituem no maior desafio da educação infantil para o estado de Sergipe.

### **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. A análise dos dados de repetência mostra que Sergipe possui uma das maiores taxas de repetência para a 1ª série no nordeste em 2003 - 47,4%. Um fator positivo é a constatação da redução contínua da taxa de repetência na 1ª série no período 2000-2003, mas, entretanto, registra-se a estagnação da taxa de repetência nas demais séries.

Com relação à evasão, os dados também revelam que Sergipe possui altas taxas de evasão e com trajetória ascendente durante o período de 1998 a 2003. Dessa forma, as políticas de diminuição da evasão têm que ser focalizadas nas séries finais, com maior atenção para as crianças que estão mais sujeitas a sair da escola - as mais carentes.

No exercício de projeção contido no relatório a seguir, observa-se que, se a tendência histórica for mantida, esse estado não alcançará a meta de redução de 50% das taxas de repetência e evasão até 2005, e pelo contrário, estas poderiam até crescer em muitas séries.

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir tanto a evasão quanto a repetência. No caso da repetência, as políticas para a sua redução consistem principalmente na implantação de ciclos e classes de aceleração, juntamente com investimentos em formação de professores e mecanismos de acompanhamento permanente do aprendizado do aluno. Para a diminuição da evasão, um dos caminhos seria a também a melhoria da qualidade das escolas, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente.

Como já mencionado, a melhora da repetência e evasão está fortemente relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Dessa forma, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino. De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino em Sergipe tem melhorado, porém ainda é precária. Em 2003, tem-se que apenas 31,9% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 16,5% escolas com laboratório de informática, 7,7% com laboratório de ciências, 31,5% com quadras de esportes e 9,3% com Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar de Sergipe ter apresentado um significativo aumento de professores com curso superior, principalmente no período 2002-2003, seu percentual em 2003 - 48%- ainda estava muito abaixo da média nacional (56,8%). Ressalta-se também, que nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 26,6% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 73,1%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes, focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1, os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 97,5% em Sergipe, pouco acima da média nacional que era de 97,2%, e da média do nordeste (96%). Para ter sucesso nessa meta, recomenda-se uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 93,7% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando a educação infantil. Em 2003, das

crianças de 7 anos que freqüentavam a escola, 22,71% estavam na educação infantil. Esse dado sugere que as crianças estão entrando tardiamente no sistema de ensino, sendo, portanto, necessários incentivos para que a criança entre na idade correta no sistema de ensino.

## **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica das taxas de repetência do estado no período de 1998 a 2003 mostra que a repetência apresentou pequena tendência de alta para a 1ª série, ficando praticamente estável nas demais. Assim, enquanto nas duas últimas séries as taxas de repetência do estado foram menores que a média nacional em 2003, a taxa de repetência na 1ª série ainda se situa acima da média nacional. Já a evasão, apresenta níveis maiores que a média nacional nas últimas séries. Quanto a evolução histórica das taxas de evasão em Sergipe, nota-se uma estabilidade nos últimos anos.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostram que a repetência e evasão devem aumentar até o final da década. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaboração de políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência, principalmente nas duas primeiras séries. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio, acompanhado por mecanismo de avaliação do aprendizado do aluno.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total nessa faixa etária. Observa-se que em 2003, apenas 27,9% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Como a taxa de atendimento desse grupo etário era de 81,4% nesse mesmo ano, pode-se perceber que grande parte desses jovens estava retida no ensino fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos.

Se não houver uma política de melhora dos fluxos no ensino fundamental esse estado não alcançará a Meta 1. Esse fato é demonstrado na projeção da taxa de escolarização líquida que está a seguir. Apesar do crescimento verificado entre 1998 e 2003, principalmente no último ano, se o ritmo histórico for mantido, o estado de Sergipe chegará em 2005 com apenas 31,9% dos jovens de 15 a 17 anos freqüentando o ensino médio, e em 2010 com 46,3% - níveis bem abaixo do estabelecido pela meta.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que os jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliada a políticas que retenha esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio no estado possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental, porém ainda são precárias, principalmente com relação à porcentagem de alunos atendidos com laboratório de informática (41%), laboratório de ciências (36%) e acesso a Internet (20%). Ressalta-se, também, que há um diferencial de qualidade entre as diferentes categorias administrativas. Dentro os estabelecimentos públicos, os municipais são os que possuem pior infra-estrutura enquanto os estaduais possuem a melhor.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, consta que na Sergipe 90,3% professores de ensino médio possuem nível superior, uma porcentagem equivalente à média nacional (90,2%) e superior à média nordestina (82,8).

### **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Através dos dados da PNAD de 1998 a 2003, percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois apenas 7,7% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o educação superior em 2003. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 41,2%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 29,55% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio e fundamental, ou seja, muitos jovens ainda estão cursando o ensino médio devido a grande distorção idade/série proveniente do atraso escolar desde o fundamental. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos dos ensinos médio e fundamental, associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida do educação superior será bem aquém do estabelecido pela meta – 12,9%.

## **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais do estado do Sergipe era de 20,2% em 2003, sendo que a maioria se encontra acima de 35 anos.

Esse fato demonstra a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo. Apenas para quantificar, em 2003 eram aproximadamente 27 mil pessoas acima de 15 anos que precisavam ser alfabetizadas. Sendo que desse total, 90% tinham 25 anos ou mais.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que esse estado necessita de um grau de esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia aproximadamente 408 mil pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.

## 1.2.9 ESTADO DA BAHIA

### Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de cursar a creche, quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 9,7%. Quando se projeta essa taxa de acordo com a tendência histórica, percebe-se uma necessidade de maior esforço na inserção de crianças nessa faixa etária na escola, pois a taxa projetada para 2005 é de 11,2% e para 2010 de 15,2%.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade, a situação é mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário era de 69,8%, acima da meta de 2005 estabelecida pelo PNE. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010. Segundo as projeções para essa faixa etária, mantida a tendência histórica de crescimento verificada entre 1998 e 2003, em 2010 haverá 95,0% de crianças de 4 a 6 anos frequentando a escola, ou seja, a meta será alcançada.

Pelo o que foi exposto acima, percebe-se a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), afim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 1.138, enquanto que na pré-escola eram 11.204. Como a oferta de creches é de competência do município, há uma necessidade de um planejamento conjunto entre estado e municípios para a ampliação do número de creches, já que cabe aos municípios a sua oferta.

Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que a primeira é maior, no entanto, o número de estabelecimentos de pré-escolas é muito superior ao número de creches. Fica assim evidenciado, que o número de creches não faz frente ao número de crianças a serem atendidas.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções, que estão no relatório a seguir, observa-se um crescimento negativo tanto do grupo etário de 0 a 3 anos quanto de 4 a 6 anos. Em outras palavras, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão uma diminuição em números absolutos das crianças, constituindo-se, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.



Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para as novas escolas. Para as escolas já existentes, alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram que a inexistência de sanitário se constitui em um dos principais problemas, posto que o percentual de escolas que o possui é bastante baixo nas duas modalidades.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar revelam um crescimento do nível de docentes com nível médio na Bahia no período de 1998 a 2003, chegando no último ano com 85,9% nas creches e 88,4% na pré-escola. Esse percentual é um dos mais altos dentre os estados do Nordeste.

Com relação ao percentual de docentes com curso superior, a Bahia possuía em 2003 apenas 3,9% de docentes com curso superior atuando nas creches e 6,4% na pré-escola. Pode-se dizer, portanto, que para alcançar a meta dos 70% de professores com curso superior, esse estado precisa de um investimento alto na capacitação dos seus professores.

Dessa forma, a expansão da educação infantil no estado da Bahia deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente, capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessária para expansão de creches, seja apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento em período integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que as creches estão mais próximas de atingir essa meta que a pré-escola, já que a primeira possui um tempo médio de permanência de 7,6 horas, enquanto a última de 4,2.

Em síntese pode-se dizer que o aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores, melhor infra-estrutura e aumento do tempo de permanência na pré-escola se constituem no maior desafio da educação infantil para o estado da Bahia.

### **Ensino fundamental**

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. A análise dos dados de repetência mostra que Bahia possui a maior taxa de repetência para a 1ª série em 2003 - 52,9% dos alunos que cursaram essa série repetiram.

Com relação à evasão, os dados também revelam que a Bahia possui uma das mais altas taxas de evasão e com trajetória ascendente durante o período de 1998 a 2003. Dessa forma, as políticas de diminuição da evasão têm que ser focalizadas nas séries finais, com maior atenção para as crianças que estão mais sujeitas a sair da escola - as mais carentes.

No exercício de projeção contido a seguir no relatório, observa-se que, se a tendência histórica for mantida, esse estado não alcançará a meta de redução de 50% até 2005. Ao contrário, as taxas de repetência e evasão deverão aumentar, com exceção da repetência da 1ª série.

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir tanto a evasão quanto a repetência. No caso da repetência, as políticas para a sua redução consistem principalmente na implantação de ciclos e classes de aceleração, juntamente com investimentos em formação de professores e mecanismos de acompanhamento permanente do aprendizado do aluno. Para a diminuição da evasão, um dos caminhos seria a também a melhoria da qualidade das escolas, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente.

Como já mencionado, a melhora da repetência e evasão está fortemente relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Dessa forma, investimentos na infraestrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino. De acordo com os dados do Censo Escolar, a infraestrutura das escolas desse nível de ensino na Bahia tem melhorado, porém ainda é precária. Em 2003, tem-se que apenas 29,9% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 13,4% escolas com laboratório de informática, 6,2% com laboratório de ciências, 26% com quadras de esportes e 11,2% com Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar do estado ter apresentado aumento no número de professores com curso superior no período 1999-2003, constata-se que em 2003 esse percentual era de apenas 24,8%, ainda muito abaixo da média nacional (56,8%). Ressalta-se também, que nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 8,7% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 42,6%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes, focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1, os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 95,6% na Bahia, pouco abaixo da média nacional que era de 97,2%, e da média do nordeste (96%). Para ter sucesso nessa meta, recomenda-se uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 91,5% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando a educação infantil. Em 2003, das crianças de 7 anos que freqüentavam a escola, 22,43% estavam na educação infantil. Esse dado sugere que as crianças estão entrando tardiamente no sistema de ensino, sendo, portanto, necessários incentivos para que a criança entre na idade correta no sistema de ensino.

## **Ensino Médio**

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica das taxas de repetência do estado no período de 1998 a 2003 mostra que a repetência apresentou pequena tendência de alta para as três séries. Assim, enquanto nas duas últimas séries as taxas de repetência do estado foram menores que a média nacional em 2003, a taxa de repetência na 1ª série ainda se situa acima da média nacional. Já a evasão, apresenta níveis maiores que a média nacional em todas as séries. Quanto a evolução histórica das taxas de evasão na Bahia, constata-se pequeno aumento nas três séries do ensino médio.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostram que a repetência e evasão devem aumentar até o final da década. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaboração de políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência, principalmente nas duas primeiras séries. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio, acompanhado por mecanismo de avaliação do aprendizado do aluno.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total nessa faixa etária. Observa-se que em 2003, apenas 25,1% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Como a taxa de atendimento desse grupo etário era de 81,4% nesse mesmo ano, pode-se perceber que grande parte desses jovens estava retida no ensino fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos.

Se não houver uma política de melhora dos fluxos no ensino fundamental esse estado não alcançará a Meta 1. Esse fato é demonstrado na projeção da taxa de escolarização líquida que está a seguir. Apesar do crescimento verificado entre 1998 e 2003, principalmente no último ano, se o ritmo histórico for mantido, o estado da Bahia chegaria em 2005 com apenas 29,7% dos jovens de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio, e em 2010 com 42,3% - níveis bem abaixo do estabelecido pela meta.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que os jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliada a políticas que retenha esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio no estado possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental, porém ainda são precárias, principalmente com relação à porcentagem de alunos atendidos com laboratório de informática (51,6%), laboratório de ciências (38%) e acesso a Internet (43,9%). Ressalta-se, também, que há um diferencial de qualidade entre as diferentes categorias administrativas. Dentro os estabelecimentos públicos, os municipais são os que possuem pior infra-estrutura enquanto os estaduais possuem a melhor.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, consta que na Bahia 71,5% professores de ensino médio possuem nível superior, uma porcentagem bem abaixo da média nacional (90,2%) e da média nordestina (82,8).

### **Educação Superior**

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Através dos dados da PNAD de 1998 a 2003, percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois apenas 5,1% dos jovens de 18 a 24 anos cursam a educação superior em 2003. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 38,9%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 29,2% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio e fundamental, ou seja, muitos jovens ainda estão cursando o ensino médio devido a grande distorção idade/série proveniente do atraso escolar desde o fundamental. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos dos ensinos médio e fundamental, associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida da educação superior será bem aquém do estabelecido pela meta – 7,5%.

Um fator positivo a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década, o que poderá aliviar as pressões desse grupo etário na demanda por educação

superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem realizadas as políticas sugeridas acima.

### **Educação de Jovens e Adultos**

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais do estado da Bahia era de 21,7% em 2003, sendo que a maioria se encontra acima de 35 anos.

Esse fato demonstra a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo. Apenas para quantificar, em 2003 eram mais de 2 milhões de pessoas acima de 15 anos que precisavam ser alfabetizadas. Sendo que desse total, 92% tinham 25 anos ou mais.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que esse estado necessita de um grau de esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de 3,4 milhão de pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.